▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

À
PREFEITURA DE GOIÂNIA
COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA - COMURG
ILMª SRª PREGOEIRA SUZANA CARNEIRO DE OLIVEIRA
Pregão Eletrônico nº 051/2023
Processo nº 0008823/2023

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de locação de caminhões compactadores de lixo de 15m³, com motorista, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A, já devidamente qualificada nos autos do processo licitatório em epígrafe, por meio de seu representante legal Tallitha de Oliveira Pires, portadora da Carteira de Identidade nº 5744605, expedido por PC-GO e inscrita no CPF/MF sob o Nº 037.798.441-84, já credenciada nos autos do processo, vem à presença de V. Exa., com fulcro no art. 44, § 2.º, da Lei nº 10.024/2019, bem como no subitens 10.1.3 e 10.2, alíneas "a" e "b" do edital, apresentar CONTRARRAÇÕES em face do RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa TECPAV TECNOLOGIA E PAVIMENTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 37.027.380/0001-68, assim o fazendo em conformidade às razões de fato e de direito abaixo expostas.

1. DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos da ata do pregão eletrônico bem como nos subitens 10.1.3 e 10.2, alíneas "a" e "b" do edital, o prazo para apresentar as contrarrazões, via sistema, será de 05 (cinco) cinco dias úteis, sendo, portanto, tempestivos aquelas impetradas até 08/12/2023. Comprovada, pois, a tempestividade nesta data.

2. DO MÉRITO E ALEGAÇÕES APRESENTADAS PELA TECPAV TECNOLOGIA E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Trata-se de recurso administrativo apresentado pela Empresa TECPAV TECNOLOGIA E PAVIMENTAÇÃO LTDA, alegando que o procedimento do Pregão Eletrônico nº 051/2023 não teria observado as disposições do respectivo edital que o regia, tendo desrespeitado ainda os princípios da isonomia, competitividade, vinculação ao edital e legalidade.

Afirma inicialmente a recorrente que as empresas COMPANHIA AMBIENTAL ROCKEFELLER LTDA e IMPLEMAQ TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS LTDA teriam cadastrado preços errados em suas propostas, em desacordo com o que estabelece o item 9.4.3 do Pregão Eletrônico n. 051/2023, que determina que "Os lances deverão ser ofertados pelo VALOR TOTAL DO ITEM (conforme campo "K" do Anexo I do Edital)".

Destaca que a licitante ROCKEFELLER cadastrou proposta com o valor global de R\$ 2.034.957,30, ao passo que a licitante IMPLEMAQ cadastrou proposta com o valor global de R\$ 2.424.000,00, sendo que a primeira empresa, além de realizar o cadastro de proposta de forma supostamente errada, foi permitida a participar da fase de lances, momento no qual, insistindo no erro, apresentou lances com valores errados, anexando proposta com valores diferentes do que ela própria havia cadastrado no sistema.

Aduz que todas as demais licitantes cadastraram propostas com valor global que superam os R\$ 20.000.000,00, algumas chegando até a mais de R\$ 70.000.000,00, o que demonstraria a discrepância com o valor estimado sigiloso para o presente certame, de R\$ 58.381.860,51, para um período de 12 (doze) meses, motivo pelo qual suas propostas deveriam ter sido desclassificadas, sequer tendo sido possibilitada sua participação na fase de lances.

Supõe que os valores corretos das propostas das licitantes ROCKEFELLER e IMPLEMAQ seria de, respectivamente, R\$ 24.419.487,60 e R\$ 29.000.088,00, reiterando que o correto teria sido a desclassificação, de forma sumária, das propostas das aludidas licitantes.

Afirma também que, encerrada a fase aberta de lances, e como não haviam propostas suficientes que se adequassem à determinação editalícia (até 10% a mais que a menor), a ilustre pregoeira teria que diligenciar conforme o item editalício 9.4.10, deixando de observar, contudo, que deveriam ser no máximo 03 (três) as licitantes convocadas com os melhores lances para a ETAPA FECHADA DE LANCES, tendo sido convocadas 04 (quatro) empresas, quais sejam: ROCKEFELLER, IMPLEMAQ, AMETISTA E VALE DO NORTE.

Conclui, dessa forma, que o edital teria sido desrespeitado, ao se convocar licitantes a mais para a etapa fechada de lances.

Por fim, defende que teria ocorrido novo desrespeito ao edital, desta feita quanto ao item 9.6.1, que determina que "O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados".

Contudo, segundo argumenta o recorrente, teriam sido convocadas as 04 (quatro) melhores propostas para apresentação das propostas ajustadas, e não apenas a melhor proposta, concluindo que o procedimento licitatório teria sido totalmente desrespeitado, com inobservância aos Princípios da Isonomia, Competitividade, Legalidade e Vinculação ao Edital.

E assim, continuou a recorrente alegando que a ilustre pregoeira, continuava apresentando diversas ilações quanto ao procedimento do Pregão Eletrônico n. 051/2023, defende que não teria ocorrido disputa na etapa fechada, tendo sido cerceado os direitos de várias licitantes, privilegiando-se as duas empresas relapsas – ROCKEFELLER e IMPLEMAQ, pugnando pela desclassificação das propostas das aludidas empresas, bem como pelo cancelamento do procedimento licitatório em questão, até a apresentação das propostas iniciais, devendo ser convocadas para apresentação de lances, apenas as empresas realmente classificadas neste Certame.

3. DOS FUNDAMENTOS E DAS CONTRARRAZÕES

De início, destaca-se que, diferente do que exposto pela recorrente em sua narrativa, não houve o desrespeito a qualquer disposição do Edital de Pregão Eletrônico nº 051/2023, tendo sido observado pela ilustre pregoeira e sua a equipe de apoio, em obediência ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, todas as previsões editalícias.

Destarte, também que, em obediência aos princípios da isonomia, da ampla competitividade, assim como da busca da proposta mais vantajosa, o procedimento adotado pela Ilustre Pregoeira permitiu a ampla participação de TODAS as licitantes na fase aberta de lances, que puderam ofertar seus lances livremente, lances esses que, acompanhados da proposta ajustada e observando-se o que dispõe os itens editalícios 9.4.9 e 9.4.10, foram posteriormente submetidos à apreciação da equipe técnica competente.

Nesse sentido, destaca-se que o item 9.4.9 do edital em comento dispõe, in verbis:

9.4.9. "Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor

mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo”.

E, conforme consignado na ata do pregão eletrônico, a empresa ROCKEFELLER foi a licitante que ofertou o valor mais baixo, tendo sido, portanto, convocada para a fase de lances. Ocorre que, tendo em vista o reduzido valor de seu lance, não se obteve outras licitantes cujos lances se enquadrariam no percentual de até 10% do lance daquela empresa, motivo pelo qual procedeu a Ilustre Pregoeira na forma do art. 9.4.10, assim redigido:

9.4.10. “Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo”.

Nesse sentido, e diferente do que afirmado pela recorrente em seu recurso, não se procedeu à convocação de 04 (quatro) licitantes para a fase fechada de lances, em suposto descumprimento ao que previsto no edital.

A licitante ROCKEFELLER, detentora do lance mais baixo, foi convocada em atendimento ao que dispõe o item 9.4.9; contudo, não havendo outras licitantes com propostas superiores a até 10% do lance ofertado pela citada empresa, procedeu-se na forma do item 9.4.10, convocando-se também para a etapa fechada as autoras dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, sendo elas: IMPLÉMAQ, AMETISTA e VALE DO NORTE.

Não houve, repita-se mais uma vez, qualquer desrespeito ao Edital de Pregão Eletrônico nº 051/2023, tendo a Ilustre Pregoeira procedido, em estrito cumprimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao que dispõe os itens editalícios supracitados.

Na verdade, o que houve foi uma interpretação totalmente equivocada por parte da recorrente a respeito do que de fato ocorreu no procedimento licitatório em questão.

Ressalte-se que, convocadas as licitantes supracitadas para a fase fechada, todas puderam ofertar lances finais e fechados, novamente em cumprimento ao que previsto no edital, bem como em observância do princípio da isonomia e da ampla competitividade.

Em ato contínuo, foi finalizada a citada fase fechada de lances, e passou-se para a etapa seguinte, convocando-se as 04 (quatro) empresas para apresentarem suas propostas ajustadas, tendo sido adequadamente justificada tal conduta com base no Princípio da Celeridade, conforme expressamente consignado na ata do pregão eletrônico, em mensagem do dia 14/11/2023, às 10:08:27:

“(…) Tendo em vista o Princípio da Celeridade, irei convocar as 4 primeiras colocadas, que foram convocadas para a etapa fechada para que apresentem suas propostas para que possam ser melhores analisadas, pois somente após essa análise irei conseguir julgar melhor as propostas. (...)”

Destaque-se ao contrário do que alega e recorrente, foram dotadas todas as boas condutas por parte de Ilustre Pregoeira, visando unicamente a celeridade, eficiência e racionalidade do procedimento licitatório, está em plena consonância ao que dispõe o art. 31 da Lei n. 13.303/16, não tendo ocorrido qualquer prejuízo aos licitantes com tal procedimento, novamente diferente do que argumentado pelo recorrente.

Assim procedeu a Ilustre Pregoeira visto que, conforme já alertado no sistema, os lances ofertados apresentavam certa disparidade ao que havia sido estimado para o presente certame, sendo que, apenas diante de uma análise técnica mais detida das propostas ajustadas apresentadas, seria possível a desclassificação com segurança das propostas de licitantes que não cumpriram o edital.

Neste ponto, portanto, cabe divergir da recorrente quanto ao seu infundado argumento de defender a desclassificação sumária das propostas apresentadas pelas licitantes ROCKEFELLER e IMPLÉMAQ, sem uma análise técnica de suas propostas, não existindo qualquer disposição no edital que permitiria a Ilustre Pregoeira tal desclassificação sumária das aludidas propostas, tolhendo-se o direito das licitantes de participarem do certame.

Ainda que a motivação fosse uma desconformidade das propostas com o que era previsto no edital, tal como defende a recorrente, não caberia tal desclassificação sumária, cabendo a promoção de diligências às licitantes para elucidar questões não claramente demonstradas na proposta.

4. DO DIREITO E JURISPRUDÊNCIAS

Destaca-se que, conforme jurisprudência pacificada no âmbito de nossos Tribunais de Contas, não cabe a desclassificação sumária de licitantes, por inexecuibilidade de suas propostas, sem que se conceda às mesmas o direito de demonstrarem sua exequibilidade, por menor que seja o valor ofertado.

Nesse sentido, dispõe a Súmula n. 262/TCU:

Súmula 262/TCU: O critério definido no art. 48, inciso II, § 1.º, a e b, da Lei 8.666/1993 conduz a uma presunção relativa de inexecuibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

Também a doutrina, citando orientação normativa editada pela União, expõe que a desclassificação por inexecuibilidade apenas pode ser realizada após o diligenciamento ao licitante em que se permita a este comprovar a viabilidade e a exequibilidade de sua proposta:

As regras contidas no § 1.º autorizam mera presunção relativa de inexecuibilidade. O licitante cuja proposta for inferior ao limite do § 1.º dispõe da faculdade de provar à Administração que dispõe de condições materiais para executar sua proposta. (...) Se o particular puder comprovar que sua proposta é exequível, não se lhe poderá interditar o exercício do direito de apresentá-la. É inviável proibir o Estado de realizar contratação vantajosa. (...)

A Orientação Normativa/SLTI 4/2014 disciplina, no art. 1.º, o procedimento administrativo para a avaliação da inexecuibilidade. Estabelece que, havendo indício nesse sentido, será obrigatória realizar diligência para o licitante comprovar a viabilidade da execução. Caberá a desclassificação apenas em momento posterior e a decisão nesse sentido necessita fundar-se na demonstração de que o licitante não comprovou a exequibilidade. (grifos nosso)

Por fim, mencione-se precedentes do Tribunal de Contas dos Municípios – TCM/GO que, por meio do Acórdão nº 02364/2018 – Tribunal Pleno, determinou a suspensão cautelar de procedimento licitatório que desclassificou sumariamente licitante por inexecuibilidade contratual, sem antes facultar-lhe o direito de comprovar a exequibilidade de sua proposta:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, nos termos do Voto da Relatora Maria Teresa:

I. CONHECER da Denúncia, em razão da presença dos requisitos de admissibilidade;

II. MANTER A SUSPENSÃO da anulação e a ordem de retomada do certame - Pregão Presencial nº 018/17, contida no

Acórdão AC nº 08928/17;

III. ADICIONAR ao objeto da cautelar, a necessidade de reavaliação das propostas quanto à exequibilidade, com a utilização dos critérios apontados no item 2.2.3 do Certificado nº 0059/2018 - SFOSEng, a título de diretriz, para reanálise das propostas, desde a classificada em 1º lugar, passando-se às demais, facultando aos proponentes, antes de uma decisão pela desclassificação, que se manifestem sobre eventual inexecuibilidade; (TCMGO, Acórdão nº 02364/2018 – Tribunal Pleno, j. em 18.04.2018) (grifos nosso)

Também no Acórdão nº 06163/2018 – Tribunal Pleno, este Tribunal de Contas dos Municípios, ao analisar denúncia, considerou irregular inabilitação de empresa por inexecuibilidade de preços sem clara motivação e sem garantir-lhe a oportunidade de comprovar a viabilidade de sua proposta, conforme abaixo transcrito:

(...)

2. CONHECER a presente Denúncia, por preencher os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 203 do RITCM/GO;

2. CONSIDERÁ-LA PARCIALMENTE PROCEDENTE, no mérito, declarando:

2.1. procedente as seguintes irregularidades denunciadas, conforme item 1 da fundamentação do voto do Relator: inabilitação da empresa Geopix por inexecuibilidade do preço ofertado sem clara motivação e sem garantir-lhe a oportunidade de comprovar a viabilidade da execução da sua proposta; inabilitação da empresa Geopix por invalidade da declaração de contratação futura de engenharia ambiental; e revogação/anulação do Pregão Presencial n. 006/2017, do qual a empresa Geopix havia se sagrado vencedora, sem clara motivação e sem a devida publicação do ato; (TCMGO, Acórdão nº 06163/2018, Rel. Cons. Francisco José Ramos, j. 05.09.2018) (grifos nosso)

Nesse sentido, totalmente infundado o recurso na parte em que defende uma desclassificação sumária das licitantes, com base nos preços que foram apresentados pelas licitantes, tendo a Ilustre Pregoeira mais uma vez agido em conformidade com as disposições do edital, com os princípios que regem o presente certame público, bem como em observância a toda a jurisprudência e doutrina, conforme precedentes acima colacionados.

Tanto assim que foram todas as licitantes convocadas para apresentarem proposta ajustada, sendo que apenas a Empresa IMPLER não encaminhou sua proposta, sendo, portanto, desclassificada, em observância às disposições editalícias.

Posteriormente, passou-se à análise técnica da exequibilidade das propostas das demais licitantes, conforme ordem de classificação, e em obediência ao já acima disposto, solicitando-se as empresas que encaminhassem as documentações pertinentes visando a referida análise, sendo que as empresas VALE NORTE CONSTRUTORA LTDA e AMETISTA CONSTRUTORA E EMPREITEIRA LTDA não apresentaram a documentação solicitada, sendo que, também em obediência ao que disposto no edital de Pregão Eletrônico nº 051/2023, foram as licitantes devidamente classificadas.

Ato contínuo, foi a licitante ROCKEFELLER convocada para o encaminhamento dos documentos que demonstrassem a exequibilidade de sua proposta, tendo atendido a diligência e apresentado tais documentos, tendo sido procedida à desclassificação da aludida licitante, uma vez que, conforme parecer técnico, restou demonstrada a desconformidade da proposta com o edital, bem como não fora demonstrada sua exequibilidade.

Nesse ponto, ressalte-se, o recurso da recorrente perde totalmente seu sentido ao pugnar pela desclassificação das propostas das empresas ROCKEFELLER e IMPLER, empresas essas que, conforme acima destacado, tiveram suas propostas desclassificadas no momento correto e oportuno, em atendimento ao que preceitua o edital e a lei.

Na verdade, o que aparenta pretender a recorrente é conduzir e levar ao erro a Ilustre Pregoeira, em proceder à uma desclassificação sumária de licitantes, sem a oportunidade de prévio contraditório e ampla defesa, conduta essa que não encontra qualquer amparo em nosso ordenamento jurídico, sendo contrária à jurisprudência de nossos Tribunais de Contas.

Por fim, resta afastada a alegação da recorrente de que não teria ocorrido disputa na fase fechada de lances, na medida em que a Ilustre Pregoeira determinou a reabertura da fase de lances fechados, tendo em vista que as 04 (quatro) licitantes anteriormente convocadas tiveram suas propostas desclassificadas, convocando-se as licitantes remanescentes melhores classificadas, novamente em atendimento ao que dispõe o item editalício 9.4.9, para ofertarem lances finais fechados, conforme registrado na ata, in verbis:

“Senhores(as) licitantes, informo que os próximos colocados não foram convocados para a etapa fechada. Desta forma, para que eu inicie tal procedimento irei desclassificar no sistema as empresas conforme já mencionadas no chat.

Em conformidade com o subitem 9.4.13 do Edital, que estabelece, “Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.”

Informo que irei retornar a disputa tendo em vista que as empresas subsequentes não foram convocadas via sistema para etapa fechada.

Por este motivo, solicito que as empresas convocadas para ofertarem o lance final e fechado fiquem atentas quanto a exequibilidade de seus lances, pois conforme previsto em lei e no subitem 15.2 alínea “b” do presente Edital, (...)

“O licitante estará sujeito à multa, garantido o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses e nos seguintes percentuais: Deixar de entregar documentação exigida neste Edital a partir do ato de convocação – multa de 5% sobre o valor da sua proposta;”.

Assim, foram convocadas 03 outras licitantes para apresentarem seus lances finais fechados, tendo sido realizado tal procedimento novamente em observância ao que dispõe o edital e visando a máxima competitividade no certame, tendo sido, posteriormente, selecionada a licitante vencedora, que apresentou proposta em consonância ao que era exigido no edital, tendo cumprido todos os requisitos de habilitação.

A propósito, destaco que, tanto houve disputa na fase lances, que das 12 empresas que apresentaram proposta ao Pregão Eletrônico n. 051/2023, 07 (sete) licitantes participaram da fase de disputa fechada.

5. DOS PEDIDOS

1) Por todo o acima exposto, requer totalmente sejam julgadas improcedentes as alegações da recorrente, negando-se o provimento ao seu recurso;

2) Uma vez negando o provimento ao recurso como se requer, seja o processo encaminhado para autoridade superior competente, para decisão definitiva e posterior homologação e adjudicação do contrato administrativo.

Termos em que
Pede deferimento

Fechar